

ANEXO 1/5
26 JAN 2017



**De
MONCHIQUE**

Exm^o Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Monchique

Os membros eleitos nos grupos municipais do Partido Socialista (PS), do Partido Social Democrata (PSD), da Coligação Democrática Unitária (CDU) e do Movimento Independente (MI) com assento na Assembleia Municipal de Monchique, na sessão extraordinária do dia 26 de janeiro de 2017, apresentam para deliberação o seguinte voto de congratulação:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“REABERTURA DO TRIBUNAL DE MONCHIQUE”

- 1 – No passado dia 04 de janeiro de 2017 reabriu o Tribunal de Monchique, como tribunal de proximidade, à semelhança do que aconteceu a nível nacional com os restantes 19 tribunais extintos em 2014 pela reforma do Mapa Judiciário do XIX Governo do PSD/CDS-PP;
- 2- O XXI Governo do PS cumpriu o prometido no seu programa de governo, aprovado em 3 de dezembro de 2015, pelo qual nos congratulamos;
- 3 - Durante 2016 a senhora Ministra da Justiça garantiu na comunicação social que as condições estariam criadas para a reabertura dos 20 tribunais encerrados, o que felizmente aconteceu para contentamento da maioria dos monchiquenses.
- 4 – Em dois anos de encerramento do tribunal, o recurso à justiça piorou significativamente para os monchiquenses, porque aumentou a dificuldade de acesso aos seus serviços (Portimão, Silves e Olhão), com deslocações longas e dispendiosas;
- 5- O encerramento de mais um serviço no concelho, muito contribuiu infelizmente, para o aumento do despovoamento que já se vinha a verificar nas últimas décadas.
- 6 – Desde 2011 os membros da assembleia municipal lutaram através da elaboração e aprovação de moções, contra o encerramento do tribunal, nomeadamente, em 29-02-2011, 29-06-2012, 26-02-2015 e 26-02-2016, inclusivamente liderando um processo de petição pública, que acolheu

**De
MONCHIQUE**

imediatamente o apoio da população de Monchique e que foi infrutiferamente entregue ao governo da altura.

7 – Reconhecer igualmente a acção da Câmara Municipal de Monchique que contribuiu igualmente neste processo reivindicativo junto do governo e após a extinção da comarca, manteve o edifício devoluto e disponível para uma possível reabertura do tribunal, procedente às obras de readaptação assim que o juízo de proximidade foi criado.

Os membros eleitos nos grupos municipais do Partido Socialista (PS), do Partido Social Democrata (PSD), da Coligação Democrática Unitária (CDU) e do Movimento Independente (MI) com assento na assembleia municipal de Monchique **saúdam e congratulam-se com a reabertura do Tribunal de Monchique** realçando a oportunidade e o benefício que tal medida significa para o nosso concelho em particular, bem como para todos os outros concelhos do país abrangidos por medida equivalente, nomeadamente:

1 – *Pelo retomar de uma justiça de proximidade;*

2 – *Pelo contributo que esta medida poderá dar à difícil luta da inversão do despovoamento dos concelhos de interior;*


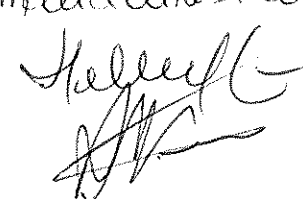
3 – *Pelo cumprimento de mais uma promessa política, a que o governo nos vem, felizmente, habituando;*



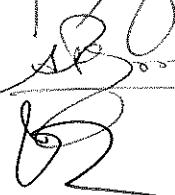
Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministra da Justiça, Câmaras Municipais do Algarve, Assembleias Municipais do Algarve e dos restantes concelhos abrangidos pela reversão, Presidente e Delegado no Algarve da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, sindicatos e ordens dos profissionais da justiça e,

Remeter cópia do voto e da deliberação para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

Monchique, 26 de janeiro de 2017

Os membros da AM


Mecia Alves Martins




Alfonso da




Guedes


Joaquim
